

O poder nacional

O PODER - X (final)

Um dos mais eminentes pensadores espanhóis do século XX foi Jose Maria Escrivá de Balaguer. Em seus livros de grande alcance e de notável simplicidade, por variadas formas, realçava a obrigação do ser humano de fazer, com perfeição, as pequenas coisas, pois só assim as grandes coisas poderiam também ser feitas com perfeição. A arte de dedicar-se às pequenas coisas, com perseverança, é o firme alicerce para as grandes realizações.

Sua maneira de pensar, para todo o mundo, sempre foi um sinalizador de caminhos retos. Em um de seus pensamentos sugere:

"590. Não queiras ser como aquele cativeiro dourado do grande edifício; por muito que brilhe e por mais alto que esteja, não conta para a solidez da obra.

— Oxalá sejas como um velho silhar oculto nos alicerces, debaixo da terra, onde ninguém te veja; por ti não desabar a casa" ("Caminho").

Creemos que, ao encerrar esta série de 10 artigos destinados ao presidente da República, a ideia de trabalhar com as pequenas coisas, em surdina, é, talvez, a que melhor se adapte às necessidades do país.

O Brasil viveu a era dos grandes projetos, das obras suntuosas, das realizações monumentais e se esqueceu de viver o dia-a-dia, o trabalho rotineiro, a produção primária de alimentos e de artigos necessários a uma existência digna e adequada ao mundo em que vivemos.

O polígono das secas, por exemplo, sempre foi tratado a partir de obras magníficas e planos irrealizáveis, senão a Sudene a prova mais gritante do desperdício de recursos, desviados ou malbaratados em um número enorme de projetos inviáveis, quando não desnecessários.

Israel, tão logo obteve sua independência, cuidou de valorizar o deserto em que a nação se colocou, através de um plano amplo de irrigação.

Se metade dos recursos enviados até hoje

para a construção de prédios luxuosíssimos, para o estudo de projetos, na maior parte deles impossíveis, para liberação de recursos reduzidos, pela ação de intermediários e de vantagens fiscais duvidosas, fosse utilizada exclusivamente na irrigação da área e, hoje, o problema da seca inexistiria e o Nordeste seria uma excelente região agrícola e pastoreil, no Brasil. A própria precipitação pluviométrica vinculada à evaporação e a eliminação de desertos seria muito maior, como já demonstrou Lester Brown no livro editado pelo Worldwatch Institute, entidade dedicada a estudos antecipatórios e sustentada pela ONU. Sob o título "The Twenty Ninth Day". Nele Brown debruça-se sobre os problemas ecológicos atuais e preocupa-se com a desertificação do globo, que fatalmente provocará desequilíbrios profundos no mundo, nas próximas décadas.

Ora, o projeto de irrigação é um projeto simples, que pode ser feito, utilizando-se os rios mais próximos (São Francisco, por exemplo), os quais seriam gradativamente sangrados com vertentes endereçadas para as regiões mais secas. A mão de obra, a ser obtida, não precisaria ser qualificada, o que representaria, a par da oferta de condições agrícolas e de pastoreio para a região, a utilização de mão-de-obra local remunerada e geradora de um mercado consumidor no Nordeste, também capaz de reverter o processo atual.

Em programas de televisão, o brasileiro tem sido sensibilizado para um esforço meritório de ajudar a população nordestina. Entendemos, entretanto, que mais do que oferecer o peixe, deveríamos ofertar condições para que o nordestino pudesse aprender a pescar. Entregar-lhe instrumentos permanentes de subsistência é melhor que a mera doação dos meios de subsistência sem instrumentos renováveis.

Os pequenos açúdes, as múltiplas vertentes, como vasos capilares, surtiriam efeito muito maior para a economia nordestina e nacional que os grandes projetos e as suntuo-

Ives Gandra da Silva Martins

sas construções, que sediam os organismos, repletos de especialistas em análise dos órgãos encarregados de executar um macroprojeto para o Nordeste. Que por ser macro não se completa e não se completando, no modelo atual, corre o risco de nunca se completar.

Guilherme Afif Domingos, em programa de debates, em canal de televisão, de que participamos, dizia ser representante da classe dos pequenos empresários e ser pós-graduado na Rua 25 de Março. Dizia, ainda, que quando a agricultura vai bem, a indústria vai bem e quando a indústria vai bem, o comércio vai bem. Que se os três segmentos vão mal, nada poderá ir bem, mesmo que haja maravilhosas empresas estatais dirigidas pelos pós-graduados em universidades estrangeiras, especialistas na fabricação de déficits públicos. Isto porque os pós-graduados na 25 de Março sobrevivem apenas quando as empresas dão lucro, enquanto os pós-graduados nas universidades estrangeiras ainda não entendem o que quer dizer "lucro" conceito muito elementar para seu gosto e, portanto, elemento despiciendo para compor o resultado das estatais.

Entendemos que o líder da classe empresarial mais dessassistida, quis exatamente fazer a apologia das pequenas coisas, dos microprojetos, multiplicados amplamente por todo o País, com o que se reverteria a tendência das obras suntuosas e de pauperadoras para as obras geradoras de riquezas, de empregos e da queda inflacionária.

O retorno às nossas origens, mais do que nunca, é fundamental, pois dos pequenos começará a retomada de nosso desenvolvimento. A diferença brutal entre a economia americana e a soviética reside no infindável número de pequenas e médias empresas existentes nos Estados Unidos e inexistentes na Rússia, já que nos grandes empreendimentos a equivalência é detectável. Dessa válida lição de candente atualidade não se deveria esquecer o Governo.

Ao encerrar a série presente, queremos relembrar que:

1) o modelo econômico brasileiro — mais do que os homens que o dirigem — é o responsável maior pela crise nacional;

2) sem o controle do Legislativo o modelo é irreversível e levará o país ao caos;

3) para tanto miser se faz restabelecer a confiabilidade na direção da política econômica, pela mudança de rumos;

4) a adoção do regime parlamentar de Governo permitiria o controle permanente do Legislativo, em novo modelo, evitando-se a tirania econômica e a permanência de avaliações nocivas à Nação, que hoje ocorrem, por falta de um sistema de freios e responsabilidades;

5) o investimento estrangeiro de risco deveria ser privilegiado, a fim de substituir, na medida do possível e sob controle, o investimento cruel dos financiamentos a curto prazo;

6) a dívida externa deveria ser renegociada ou parcialmente liquidada com oferta de blocos minoritários de ações das grandes empresas estatais, as principais causadoras do endividamento externo nacional, com o que os próprios credores, ao melhorarem a "performance", em colaboração com os devedores, de tais empreendimentos, criariam condições para seu pagamento;

7) o segmento privado da nação deveria ser reincentivado, mediante a redução da carga fiscal para aumento da arrecadação, desde que vinculada a redução à manutenção de preços, com o que o aumento de produção geraria quantitativamente mais tributos, a compensar sua diminuição qualitativa, de forma não inflacionária e geradora de empregos;

8) os ganhos reais, não nominais, de capital poderiam ser mais tributados ou reorientados, por política de incentivos fiscais adequada, para a iniciativa privada;

9) as empresas estatais deveriam começar a desaparecer, com a eliminação das empre-

sas inúteis ou deficitárias e/ou passagem para a participação da livre iniciativa, mesmo que estrangeira, desde que com rígida legislação de controle de eventual atuação abusiva;

10) a tecnocracia deveria ser reduzida à função de assessoramento, onde poderia ser de grande utilidade, o que apenas seria possível com a desativação gradativa do complexo estatal da administração indireta;

11) os orçamentos fiscal, monetário e das estatais precisariam ser unificados, submetendo-se ao controle simultâneo do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas;

12) uma adequada política salarial e de fortalecimento das empresas médias e pequenas, mediante incentivos fiscais para reajustes reais de salários não repassados, liberação de qualquer controle tributário ou de outra natureza para as microempresas, livre negociação para as empresas em dificuldades e eliminação dos grandes projetos nacionais para a multiplicação dos miniprojetos, deveria ser implantada de imediato para obter-se o reaquecimento econômico, a distensão social e a estabilização política.

Como se percebe, na série dos dez artigos publicados, procuramos mostrar ser viável uma outra alternativa que não aquela que, reiteradamente, se tem dito ser a única viável e que os fatos têm demonstrado ser a única inviável.

O poder nacional é o poder de toda a nação, que, por seus diversos segmentos, tem rejeitado o modelo atual. Que o presidente da República perceba ter chegado a hora de mudá-lo, pois é o presidente de toda a Nação. Caso contrário, continuará apenas o presidente da República, mas seus ideais e os ideais da comunidade brasileira estarão definitivamente desligados. Constituirão realidades conflitantes. E não trarão a paz e o desenvolvimento. A paz e o desenvolvimento que são as metas de todos os brasileiros — e acreditamos sinceramente — inclusive do senhor presidente da República.

JT - 29.11.1983